

## A utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro

Lia Faria – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

### Resumo

O presente texto revisita as marcas da proposta dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), recuperando, em particular, o cenário político da redemocratização naquele período (1983-1988). No caso em tela, o fio condutor são os aspectos políticos e históricos que dão forma à proposta elaborada e implantada por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Desta forma, nosso foco recai sobre o processo de construção do pensamento educacional das décadas 1960 a 1980, em meio a suas contradições, tentando identificar rupturas e permanências circulantes no imaginário educacional fluminense. Ao destacar o multifacetado cenário político-cultural que viu surgir o projeto darcyniano, espero ter registrado os eixos norteadores que servirão de campo para futuras pesquisas acerca da genealogia da escola pública fluminense, contribuindo assim, a partir da análise de alguns *lugares de memória*, com a produção da historiografia da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Darcy Ribeiro, CIEPs e Rio de Janeiro.

### The possible utopia: revisiting the CIEPs of Rio de Janeiro

### Abstract

The present text revisits the marks of the proposal of the Integrated Centers of Public Education (CIEP), recovering, in particular, the political scenario of redemocratization in that period (1983-1988). In the case on screen, the guiding thread is the political and historical aspects that give shape to the proposal elaborated and implemented by Darcy Ribeiro and Leonel Brizola. Thus, our focus is on the process of construction of educational thinking from the 1960s to the 1980s, amidst its contradictions, trying to identify ruptures and permanences circulating in the educational imaginary of Rio de Janeiro. In highlighting the multifaceted political-cultural scenario that saw the Darcyan project emerge, I hope to have registered the guiding axes that will serve as a field for future research on the genealogy of the public school in Rio de Janeiro, thus

contributing, through the analysis of some places of memory, with the production of the historiography of Brazilian education.

**Key-words:** Darcy Ribeiro, CIEPs and Rio de Janeiro.

## A utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro

### Introdução

(...) e por isso se pode falar separadamente de economia e de política, e de *paixão política* como de impulso imediato para a ação fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida obedece a leis diversas daquelas que regem o pequeno interesse individual (Gramsci, p. 63, 1978).

O CIEP (Centro Integral de Educação Pública – 1983-1986) representou uma tentativa de construção de uma política pública mais complexa na educação fluminense. Nesse sentido, a luta pelas escolas públicas de horário integral é muito mais do que uma briga entre partidos ou candidatos; é a *utopia possível* da qual nós, educadores da rede pública, não devemos abrir mão.

Um povo sem memória, que abandona seu passado, perde as condições de construir seu futuro. No dizer gramsciano o *novo nasce do velho*. O novo que nasce do nada não é *real*, é pura fantasia. Como professora de história que fui da rede pública estadual por vinte e sete anos e tendo sido Coordenadora Geral do treinamento dos professores dos CIEPs, tenho aqui a preocupação de registrar essa experiência educacional, para que não se perca como tantas outras.

O verdadeiro fundador dos CIEPs foi inegavelmente o professor Darcy Ribeiro, que se inspirou nas ideias de Anísio Teixeira para criar o primeiro Projeto de Escola Pública de Horário Integral, enquanto rede escolar de 1º grau institucionalizada em nosso país. Não poderíamos, também por uma questão de ética política, omitir que o único governante que se propôs a considerar a educação como primeira prioridade foi Leonel Brizola. O que pode ser comprovado pelos 39,25% aplicados em Educação e Cultura no orçamento estadual do Rio de Janeiro, no ano de 1986.

Ainda em 1986, o município do Rio de Janeiro aplicava também 43% de seu orçamento em Educação e Cultura, integrando-se ao Estado no mesmo projeto. Acreditando na paixão da utopia, um grupo de educadores da rede pública do Rio de Janeiro (estadual e municipal) apostou

no projeto dos CIEPs. E se pôs a construí-lo coletivamente, independente de partidarismos ou projetos pessoais. Colocando como paixão política maior o compromisso com a Escola Pública.

Fica evidente que a breve história dessa criança que é o CIEP, tropeçando e esbarrando nos primeiros passos que dá dentro do caos da educação brasileira, não pode ser escrita com números frios, nem através de comparações com alternativas que, na verdade, também estão apontando para o que poderia ser. Ora, o que poderia ser também não é, e o CIEP é uma realidade. A rejeição por medo do revolucionário leva apenas à argumentação quantitativa, quando o real comprometimento com a mudança exige coragem para enfrentar os tropeços iniciais e para descobrir nas pequenas conquistas a força para continuar lutando e acreditando no sonho e na utopia. O que se precisa de fato refletir hoje é o que a Escola Pública (e no caso específico o CIEP) tem podido ser, apesar dos desmandos da administração pública e do conservadorismo da nossa história.

Em lugar de usar simplesmente como justificativa para combater os CIEPs o fato de que a Escola Pública tem obtido péssimos resultados, exigir e lutar por mais verbas para a Educação Pública e garantir o controle e a fiscalização pela sociedade civil organizada da alocação desses recursos. Todos nós acreditávamos e sonhávamos com o fim do governo de exceção que se instalara desde 1964. E torcíamos pela volta das eleições diretas. Foi com esse clima de euforia que o governo Brizola se iniciou em 1983. Vínhamos de um processo de abertura política, da anistia aos exilados, que beneficiara o próprio governador e à maioria de seus auxiliares diretos, muitos até mesmo secretários de governo.

O professorado, apesar dos salários indignos e da falta de condições de trabalho que vinham se agravando nos últimos anos, ainda acreditava na sua profissão, até porque muitos desses professores vinham dos chamados *anos dourados* do magistério. Esse é um dado importante na medida em que não podemos esquecer que os professores tinham até aquela época uma melhor formação profissional e intelectual, até porque vinham de estratos sociais mais elevados. Além disso, os professores da geração dos anos 60 principalmente tinham uma consciência crítica forjada nos anos áureos do movimento estudantil, o que fez com que as principais lideranças do magistério fossem em sua maioria oriundas desse movimento.

Logo o compromisso político com as classes populares e com a Escola Pública fazia parte do inventário desses profissionais que irão compor também as equipes de implantação do projeto dos CIEPs. Na verdade, tratava-se de paixão política, coletiva. A própria compreensão que se tinha do papel de cada profissional dentro do CIEP demonstra isso. Essa paixão comprometida refletia

mais, apontava para uma proposta político-pedagógica, e para a tentativa de reconstrução da educação brasileira.

Assim é ambicioso, mas não desarrazoado, entender-se que o diretor do CIEP seja o líder de um processo ativo e participante de trabalho na escola e na comunidade. Que o professor-orientador não seja um simples técnico, mas uma força estimuladora da melhoria do ensino. Que a cozinheira não seja apenas a pessoa que prepara a comida ou que os inspetores e funcionários não sejam aqueles que reprimam e vigiem, varram ou espanem seguindo rotinas inteiramente desvinculadas da ação educacional, mas que se tornem colaboradores do processo educativo (RIBEIRO, p. 48, 1986).

O fato é que os anos entre o final da década de 1970 e o início da de 1980 representaram um período de muitas esperanças, *utopias* e *paixões* por parte do povo brasileiro. E nós professores também vivemos esse processo. Também sonhamos muito quando construímos o SEP (Sociedade Estadual dos Professores Públicos do Rio de Janeiro) em 1978 e durante nossos movimentos reivindicatórios em 1979 e 1980. E é dentro dessa visão política de valorização da Escola Pública e valorização dos alunos das classes populares que estes professores defendem esta escola para, através de uma educação emancipatória, conseguirem instrumentos de luta pela sua cidadania, e que continuaremos defendendo a Escola Pública de horário integral.

### **Cenário político fluminense: o I Programa Especial de Educação (RJ – 1983/1986)<sup>1</sup>**

Em 1982, realizaram-se as eleições diretas para governadores em todo o país. No Rio de Janeiro foi eleito Leonel de Moura Brizola, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>2</sup>, tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro, também secretário estadual de cultura e presidente do I PEE.

Diante das circunstâncias específicas que então caracterizavam o cenário político fluminense, durante aquelas eleições<sup>3</sup>, a questão que se destaca é a seguinte:

- Como a cultura autoritária e as práticas político-clientelistas historicamente construídas, afetaram as relações Estado–Sociedade Civil no embate travado entre o professorado fluminense e as concepções político-pedagógicas do novo governo?

Cabe assinalar as tensões que permeavam a tessitura política que cercava o governador Brizola, no momento de sua posse em março de 1983. O próprio escândalo eleitoral ocorrido com o caso Proconsult sinaliza para as dificuldades que viriam a ser enfrentadas por aquela administração, resultantes da montagem de uma bem engendrada máquina política *chaguista*.

Segundo Amorim e Passos (2004):

Em 1982, no Rio, quase tomaram a eleição para governador de Leonel Brizola. Os militares, o SNI e a Polícia Federal escolheram a empresa Proconsult para apurar os votos e dar a vitória a Moreira Franco, candidato dos militares. As organizações Globo (...) prepararam a opinião pública para a Fraude (p. 38).

Ao mesmo tempo, há que se assinalar a herança e os impasses do processo ainda inconcluso da Fusão (1975) dos estados da Guanabara (GB) e do antigo Rio de Janeiro. Paralelamente, o que se observa, é que o maior partido eleitoral na GB, de 1966 a 1978, será o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda de grande apelo popular, que com a ascensão da corrente liderada por Chagas Freitas<sup>4</sup>, passa a conviver com a supremacia deste grupo, a partir das eleições de 1970. Logo, discutir a importância das políticas educacionais empreendidas pelo I PEE, tendo a frente Darcy Ribeiro, exige um esforço de recuperação teórica e memorialística, em busca da gênese das diferentes concepções político-pedagógicas que irão travar um duelo, nos palcos do sistema público estadual de ensino. De acordo com Ribeiro (1986),

(...) A escolha da educação como prioridade fundamental responde (...) à ideologia social-democrata do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola (...) A escolha da educação como meta prioritária decorreu também do fato da maior parte, das áreas de ação governamental estar (sic) na órbita do Poder Federal, enquanto as escolas públicas de 1º e 2º graus estão na jurisdição dos governos estaduais e municipais. (...) Leonel Brizola tomou várias medidas (...) reconstrução da rede escolar (...), a transformação da merenda escolar (...); e, ainda, o transporte gratuito de alunos (...). O grande feito (...) foi elaborar o Programa Especial de Educação com a participação de todo o professorado do Rio de Janeiro (p. 86).

Dentre as metas do I PEE se definia a construção dos CIEPs, que o povo passou a chamar de Brizolões, com previsão de atendimento a 1000 crianças em horário integral. No período noturno,

(...) o Brizolão se abre para 400 jovens de 14 a 20 anos, analfabetos ou insuficientemente instruídos. Cada Brizolão abriga 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre crianças abandonadas e que estejam sob a ameaça de cair na delinquência (Idem, p. 17).

Neste contexto de um passado ainda recente, lançamos um novo olhar sobre as percepções, orientações ideológicas e posições dos principais atores sociais no teatro partidário do Rio de

Janeiro, que irão nos possibilitar um redesenho do quadro histórico-estrutural daquele momento, de retomada do processo democrático em âmbito nacional. E, paralelamente recuperar o processo histórico de implantação dos CIEPs naquele estado.

Torna-se importante ainda identificar os diferentes discursos que permeavam o meio acadêmico, visando analisar o pensamento educacional produzido pelas correntes político-ideológicas, que apoiaram ou rejeitaram o I PEE, buscando assim um entendimento mais amplo da gênese de tal rejeição.

Ao abrir esse debate Mignot (2004), adverte que os CIEPs teriam sido construídos, (...) *desordenada ou deliberadamente, em lugares de visibilidade estratégica*, representando assim, de acordo com a autora, *monumentos à educação, a um partido político e seus idealizadores* (p. 203)

Por outro lado, o educador Luiz Antônio Cunha (1994), em seu artigo *Zig-Zag no 1º grau: o Rio de Janeiro nos anos 80*, critica o projeto de Brizola/Darcy Ribeiro, alegando que, entre outros fatores, as teses do governo *foram prontamente rejeitadas pelos professores*, tendo então eclodido, *um longo e desgastante conflito entre os professores, dirigidos pelo CEP/RJ<sup>5</sup> e as administrações estadual e municipal* (...) (p. 22).

A seguir, complementa seus argumentos com a seguinte observação: (...) apesar da insuficiência no atingimento das metas educacionais e das fortes críticas recebidas dos educadores e dos movimentos dos professores, os CIEPs provaram seu elevado rendimento eleitoral Brasil a fora. Vários candidatos a governador prometeram fazer o mesmo em seus estados (1994, p. 24).

No campo específico da História da Educação, Xavier (2001) argumenta em *Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense (1975-1995)*, que apesar das críticas e dificuldades encontradas, assinala o fato de que a *proposta educacional do PDT contou com a adesão de vários professores, assim como obteve a simpatia de boa parte da população fluminense* (p.137).

A pesquisadora detalha então alguns aspectos da polêmica que envolve os CIEPs, concluindo que o apelido de brizolão, só fará acirrar os argumentos da oposição, embora tenha sido *automaticamente incorporado ao marketing construído em torno da figura do governador e do principal formulador do PEE, Darcy Ribeiro* (Idem, p. 135).

Ainda, segundo Xavier (2001), outro dado deve ser considerado, (...) *a estridente reação contrária às escolas públicas de tempo integral revelava, entre outros aspectos, o preconceito ancestral que as elites brasileiras nutriam para com os setores populares* (Idem, p. 134).

Outra pesquisa que ajuda a refletir acerca das dificuldades do processo de reconstrução democrática no Rio de Janeiro, são os escritos de Faria (1989) em *Política Educacional no Governo Brizola: democracia governante ou democracia governada?* – ao analisar alguns dos Encontros de Professores promovidos durante aquele governo, utilizando-se metodologicamente das categorias de José Nun (1983). A partir da apropriação de dois conceitos de democracia – *governada, aquela em que o povo delegue poderes aos governantes para governá-lo e, a democracia governante que busca a participação popular nas decisões*, o pesquisador destaca os embates entre o secretarias municipal e estadual naquele período<sup>6</sup>.

Ao analisar os encontros de professores organizados pela secretaria estadual de educação, Faria (1989) destaca as falas de um dos professores acerca do resultado daqueles eventos. Este profissional do município de Cambuci havia comparecido a quatro ou cinco encontros, alegando que apresentava várias sugestões e que *todas eram aceitas, aplaudidas e até publicadas, mas nunca implementadas*.

Ainda no mesmo estudo, o autor também apresenta a visão do governo, através do pronunciamento da secretária estadual de educação, professora Yara Vargas, ao afirmar que, (...) consideramos irreversíveis as conquistas do governo Brizola, fundamentalmente porque representam o somatório de propostas do próprio governo, do professorado, dos alunos e da comunidade (...) propostas pelos professores são hoje realidade do currículo, como a implantação das classes de alfabetização, a diversificação das disciplinas de História e Geografia na área de Estudos Sociais (...) (Op cit.).

Sobre estes dois pontos aqui ressaltados – a implantação das classes de alfabetização (CA) e a separação das disciplinas de História e Geografia, considerando seus campos de conhecimento específicos, devemos tecer algumas considerações.

O antigo primário possuía cinco séries e a legislação do regime militar, ao criar o Ensino Fundamental em oito anos, reduziu as séries iniciais para apenas quatro anos. Tal fato só veio agravar o quadro de exclusão das crianças oriundas das classes populares. Exatamente o processo de alfabetização é bastante prejudicado, pois estas crianças não freqüentam a Educação Infantil, ingressando na escola somente aos sete anos. Com o CA, poderiam entrar aos seis anos. Também a criação da disciplina Estudos Sociais será uma *invenção* da ditadura, reduzindo o espaço de reflexão e discussão teóricas, particulares às áreas da História e da Geografia.

Portanto, o que está em jogo são visões ideológicas bastante distintas, a respeito do papel e da função da escola pública/republicana. Estas concepções diversas do pensamento político-pedagógico nos remetem à pertinência e importância de pesquisas acerca da história das idéias e

práticas republicanas, intentando examinar e precisar as referências conceituais que irão originar o atual modelo de escola pública no Brasil, em particular, a *arqueologia* da escola fluminense pós-Fusão (1975).

### **Política e educação: embates e recuos**

Sobre a gênese da República Brasileira, Vianna & Carvalho (2002) analisam que: (...) o tema da república remete a uma construção histórico-processual, sendo percebida como resultado de um longo caminho de redemocratização da esfera pública, que a tornou permeável à vontade dos indivíduos (p. 129).

Enfim, como se dá essa construção histórico-processual em relação às identidades da Guanabara e do estado do Rio, no momento da Fusão e, em seguida, com a eleição de Brizola, em 1982?

E mais, como se estabelecem as práticas políticas - sindicato, governo e escolas – naqueles momentos de abertura democrática, em que historicamente, pela primeira vez, se reúnem os professores públicos<sup>7</sup> da capital e do interior?

Para Godofredo Pinto, presidente do CEP, durante o primeiro governo Brizola, o Encontro de Mendes foi um marco relevante para o professorado fluminense, apesar de suas possíveis contradições, avaliando que,

(...) o saldo do Encontro foi positivo e relevante, porque abriu um espaço maior para a classe. A participação dos professores no debate, criado por iniciativa do governo, contribuirá para que a política a ser encaminhada possa vir a refletir mais de perto os anseios do magistério (Faria, 1989).<sup>8</sup>

Diniz (1982), em competente análise a respeito do fenômeno do *chaguismo*, alerta para o fato de que,

(...) O clientelismo adquire, assim, legitimidade para todos os atores envolvidos na relação, uma vez que o atendimento às necessidades em termos de serviços públicos não é encarado como um direito e uma prerrogativa da cidadania (p. 123).

A partir desta visão, a simples matrícula numa escola pública torna-se fator de barganha política, na medida em que a precariedade da ação governamental, facilita e estimula até os dias de hoje o esquema de troca de favores. Tais práticas vieram cristalizar ainda mais a alta estabilidade da elite parlamentar *chaguista*, (...) o papel do político inserido no legislativo



*municipal ou estadual torna-se tanto mais visível e valorizado, quanto maior a lacuna da administração local em termos de prestação de serviços básicos à população (Idem, p. 122).*

Em nossos estudos utilizamos como fonte teórica privilegiada, no que se refere ao fenômeno do *chaguismo*, a pesquisa de Eli Diniz (1982), no livro *Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. A partir da leitura das considerações desenvolvidas, dentre os pontos levantados, demarcam impasses e possibilidades, que oportuniza o registro de uma memória coletiva de recorte regional, objetivando o desvelamento da história oficial da educação fluminense.

Desta forma, embora tenha mais dúvidas do que certezas, pretendo recuperar a memória coletiva de uma geração<sup>9</sup> de professores, ainda profundamente inspirada num viés utópico e nacionalista. Por outro lado, essa mesma juventude é atravessada pelo projeto militar- autoritário, que atinge, em particular, os anseios dos meios educacionais e acadêmicos.

Ao longo do período de exceção autoritária, inúmeras legislações fragmentam o projeto da reforma universitária<sup>10</sup> dos anos 60, esvaziando conseqüentemente o forte movimento estudantil daquela década. Por outro lado, também fragilizam a organização do professorado, ao conferir à educação básica (antigos 1º e 2º graus) um viés tecnocrático e profissionalizante, como contraponto a disciplinas mais reflexivas ou humanistas.

Torna-se importante, portanto, observar o corpo de leis emanadas pelo MEC<sup>11</sup>, durante o período militar (anos 70) acerca dos sistemas públicos de ensino, em seus diferentes níveis e modalidades, relacionando-o às políticas implantadas, no mesmo período, pelo governo Chagas Freitas em âmbito estadual.

Logo, discutir e analisar as novas políticas públicas educacionais, consideradas a principal prioridade do governo Brizola (1983-1986), demarcam um objetivo teórico no sentido de recuperar aquele cenário político estadual e nacional estabelecendo um fio condutor entre fatos tão próximos de uma história ainda do tempo presente.

O desejo de retomar um processo inconcluso, dos anos 60, desvela-se nesta declaração de Brizola ao Jornal do Brasil (JB, 04/11/1982): *Não fiz nada para ser candidato, mas criou-se uma situação falha no Estado do Rio de Janeiro e tínhamos que abrir um caminho limpo. Quero continuar o trabalho de Vargas, Goulart e Roberto Silveira.*

Paralelamente, intentamos identificar as diferentes mensagens e valores afirmados pelo movimento sindical do professorado, como contraponto às produções discursivas dos governos Chagas Freitas e Leonel Brizola. E, ainda examinar dentro de um contexto mais amplo de negação

do regime militar, como se dão as condições sociais da produção deste educador fluminense, numa sociedade fragmentada, produto de múltiplas determinações.

Segundo Luciano Martins<sup>12</sup>, com o Ato Institucional nº 5 nasce a geração AI – 5 e se instala o domínio hegemônico da ideologia do autoritarismo ao longo dos anos 70, privando esta geração, não só de seus direitos, mas o mais grave, alienando-os também da própria lógica desta privação. Tudo somado, o que se revela é a negação de sujeitos e de cidadãos, espoliando a possibilidade de construção de uma memória coletiva, o que justifica a necessidade do cruzamento de duas conjunturas políticas, a dos anos 60 e a dos anos 80, quando o processo de redemocratização se intensifica.

Desta forma, revelam-se permanências e rupturas no comportamento político da sociedade fluminense e, em particular, de seu professorado. Portanto, o recorte teórico aqui desenvolvido recupera a conjuntura política herdada pelo governador Brizola, em três momentos: durante o processo eleitoral; no ato da posse em 1983 e nos futuros embates ocorridos ao longo do seu primeiro mandato (1983-1986).

A pesquisadora Libânia Xavier (2001), por ocasião dos 25 anos da Fusão, publica um artigo ressaltando marcas do documento-base que norteou as principais linhas seguidas pelo governo Brizola, no que tange às relações com a sociedade.

A seguir, destacamos alguns trechos,

Há que se percorrer um longo caminho de conscientização para que a população organizada seja ouvida a respeito dos problemas que a aflige e das soluções a serem encaminhadas. Os órgãos fluminenses do governo e seus titulares franquearão suas portas à população fluminense, como condição para atingirmos as metas com as quais nos comprometemos (p. 131).

Logo, é a reativação do diálogo, que acompanha o processo de redemocratização naqueles anos 80, o que também se observa nos textos do O Livro dos CIEPs (1986), conforme sinalizamos abaixo:

A melhoria da qualidade do ensino público que está sendo promovida pelo Governo Leonel Brizola requer a participação efetiva de todas as pessoas envolvidas no processo, não apenas no plano pedagógico, mas também na gestão do sistema educacional (...) A própria entidade representativa dos trabalhadores da educação, o CEP – Centro Estadual de Professores, encontrava-se fechado desde 1979 (...) Além de reabrir o CEP e estabelecer um canal permanente de comunicação entre a classe dos professores e as Secretarias de Educação, o Governo tratou de colocar em contato os

profissionais de educação com as entidades da sociedade civil organizada, tais como associações de moradores, de favelas ou sindicatos (p. 29).

Assim, apesar das críticas à idéia dos CIEPs, não se pode negar, segundo apontam os estudos de Xavier (2001), que as práticas políticas do governo Brizola vinham confrontar as ações *chaguistas*. A tônica *brizolista* se voltava para o lento processo de restauração dos direitos democráticos da população, sinalizando ainda para a (...) precária integração da escola (e de outras agências sociais) com a comunidade, em virtude da acomodação e da auto-suficiência que acabavam dando lugar ao tráfico de influência, ao clientelismo e à corrupção (p. 131).

Nesse sentido, acredito que o registro desta história, ainda recente, com suas tensões e contradições, pode facilitar o entendimento da atual crise da escola pública, na medida em que a memória coletiva se efetiva tanto como instrumento de poder, como enquanto invenção e identidade humana. Ao mesmo tempo, o olhar teórico sobre as percepções, orientações ideológicas e posições dos principais atores da política partidária fluminense irão nos possibilitar a recuperação crítica daquele quadro histórico-estrutural dos anos 80, assinalando as principais influências presentes no imaginário do cotidiano das escolas públicas daquele estado.

Durante o ano de 2007, selecionei parte da literatura atualizada, que vem aprofundando a discussão sobre o pensamento republicano, construído historicamente no Brasil e, em especial, as obras que enfocavam a gênese do novo estado do Rio de Janeiro pós-Fusão (1975). Paralelamente, aprofundei o foco sobre a complexidade do quadro político que cercava os espaços possíveis para a implantação do *brizolismo*.

Também estabeleci um contraponto com o *legado brizolista*, na passagem daquele governador pelo Rio Grande do Sul (RS), nos anos 50, destacando a prioridade dedicada à escola pública. Abaixo, alguns trechos da obra de Claudemir de Quadros, a respeito das idéias que inspiraram as políticas públicas educacionais gaúchas naquele período.

Segundo Quadros (2003),  
(...) a instrução e educação do trabalhador, e do povo em geral, é outra importante questão para o trabalhismo, pois enquanto o trabalhador não atingir um certo nível de cultura, será sempre vítima de demagogos, aventureiros e charlatões (p. 140).

Neste mesmo viés, nosso olhar intentou localizar a gênese desse ideário trabalhista em Alberto Pasqualini, o principal teórico nos anos formativos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Mais uma vez, Quadros (2003) acrescenta a discussão ao ressaltar que cabia ao PTB, num primeiro plano, desempenhar um papel educador, com vistas à criação da mentalidade social necessária para implantar a nova ordem social.

Contudo, o que tentamos desvelar neste trabalho, ora apresentado, é que ao examinar os dois momentos históricos, o início dos anos 60 e a retomada democrática nos anos 80, nos deparamos com as singularidades fluminenses que irão dificultar, em larga medida, as possibilidades da implementação de um projeto educativo ambicioso, conforme determinavam as diretrizes do I PEE/RJ, diferentemente do cenário político mais favorável no RGS, dos anos 50/60.

Darcy Ribeiro, o principal idealizador do I PEE, em *O Livro dos CIEPs* (1986), afirma que seria *A revolução educacional brasileira*<sup>13</sup>. *No entanto, a questão que queremos aprofundar é, como realizar uma mudança estrutural em uma sociedade marcada/deformada por práticas conservadoras e, ainda, em meio ao processo de redemocratização nacional?*(p. 17).

Para Quadros (2003), (...) *há duas questões que perpassam o discurso de Brizola: o desenvolvimento e a educação*, confirmando tal posição, cita entrevista de Brizola, em que o governador reafirma *queremos e procuramos o desenvolvimento econômico e só teremos através da educação*.<sup>14</sup>

A análise do projeto educacional *Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul* (1959/1963) revela três aspectos: a doutrina do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); a trajetória do político Brizola e a influência fundamental sobre os dois, partido e político, das ideias de Alberto Pasqualini.

Por fim, espero contribuir para a discussão acerca da identidade da Educação Fluminense, não só pela análise, mas também pelo registro de ecos e vestígios, enquanto permanências/resistências que sobrevivem, ainda hoje, no comportamento político da comunidade escolar.

## Considerações finais

No final de seu mandato em 1986, Brizola não conseguirá fazer o seu sucessor, perdendo as eleições para Moreira Franco<sup>15</sup> com quem havia disputado em 1982. Neste contexto, o novo governador<sup>16</sup> eleito havia se comprometido a dar continuidade aos CIEPs, no entanto, de acordo com Xavier (2001), irá (...) adotar medidas que não só provocaram a desarticulação do projeto

pedagógico dos CIEPs, como também desfiguraram a ocupação do espaço físico das escolas recém-construídas (...) muitas dessas escolas foram transferidas para prefeituras administradas por prefeitos filiados a partidos de oposição ao PDT, que resolveram ocupar os prédios dos CIEPs com serviços administrativos ligados a outros fins que não os do ensino, ou então os relegaram ao total abandono (p. 139).

Apesar de acreditar que a definição dos marcos interpretativos sob a temática do *legado brizolista* à educação não foi suficientemente esgotado, torna-se importante assinalar a pertinência do tema, devido às contradições e controvérsias suscitadas, tanto nos seus aspectos políticos, como também nos pedagógicos. Por outro lado, as discussões em âmbito nacional, a respeito da educação em tempo integral, hoje exigência da LDB (Lei nº 9394/96), rememoram o quanto estamos longe ainda de alcançar o inatingível mito da *escola pública para todos...*

Inicialmente, ao revelar o multifacetado cenário político-cultural daquelas duas décadas (70-80), espero haver registrado eixos norteadores que sirvam de campo para futuras pesquisas acerca da genealogia da escola pública fluminense, contribuindo assim, a partir da análise de alguns *lugares de memória*<sup>17</sup>, com a produção da historiografia da educação brasileira.

## Referências

AMORIM, Paulo Henrique, PASSOS, Maria Helena. **Plim-Plim: A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral**. Editora Conrad: Rio de Janeiro, 2004.

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. Pp. 21-32.

BOMENY, H. **Salvar pela escola: Programa especial de educação**. In: Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 55, 2007, pp. 41-67

RIO DE JANEIRO. Centro de Referência de Educação Pública da cidade do Rio de Janeiro, 2007.

**Memórias da Educação Pública: depoimentos de secretários de educação vol. I - 2007**. RJ

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. 2ª edição. SP: Cortez; Niterói; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Ed. Paz e Terra, SP, 1982.

FARIA, Ângela Beatriz de Carvalho. Dos mitos: o tríptico dos barcos e a antiutopia. In: **Anais do Congresso Canônes e Contextos**. UFRJ/ABRALIC . Vol.3. Rio de Janeiro, RJ, 1998.

- FARIA, L. C. M.; LOBO, Yolanda Lima (Org.). **Vozes femininas no Império e na República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2008. v. 01. 260 p.
- FARIA, L. C. M.; SOUZA, Silvio Claudio (Org.). **Ecos e Memórias de Escola Fluminense**. 01. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2008. v. 01. 220 p.
- FARIA, L. CIEP: A Utopia Possível. São Paulo: Livros Tatu, 1991.
- GRAMSCI, Antônio – **A formação dos Intelectuais – Problemas Culturais**, em Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- IMPREENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **Fala do professor**. Governo Leonel Brizola. Programa Especial de Educação. Rio de Janeiro, 1985.
- MARTINS, Luciano. **A geração AI-5: um ensaio sobre autoritarismo e alienação**. In: ARAÚJO, Braz J. de (org.), Ensaio de Opinião - vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MIGNOT, A. C. V. **Monumento à Educação: escola pública de tempo integral**. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.203-218, maio/dez.2004.
- MOTTA, M. **Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara**. FGV/ALERJ/RJ, 2001.
- NORA, Pierre. **O retorno do fato**. In: História novos problemas. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1979.
- QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel de moura Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.
- RIBEIRO, 1986. (Ribeiro, Darcy. **O Livro preto dos CIEPs**. RJ: Bloch Editores S.A, 1986.
- RIO DE JANEIRO, Secretaria Estadual de Educação e Cultura – Laboratório de Currículos. **Reformulação de Currículos: Iniciação Escolar e Alfabetização**. Rio de Janeiro, FENAME, 1981, 2ª edição.
- XAVIER, Libânia Nacif. Inovações e (Des) Continuidades na Política Educacional Fluminense In: FREIRE, Américo, SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly Silva (org). **Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro**. FGV/ALERJ/FGV, 2001.

---

<sup>1</sup>O I PEE tinha como coordenadores Darcy Ribeiro e Maria Yedda Leite Linhares, auxiliados por uma coordenadoria executiva (1983-1986). No segundo governo de Brizola (1991-1994), o mesmo grupo dará continuidade ao programa, através do II PEE Cf. O Livro dos CIEPs, Ribeiro, Darcy, 1986.

<sup>2</sup> Na volta ao Brasil, Brizola dedicou-se à reorganização do PTB, tendo como oposição o general Golbery, o *ideólogo* da ditadura, que contribuiu para que a antiga sigla do trabalhismo ficasse com o grupo de Ivete Vargas. Brizola criou, então, o Partido Democrático Trabalhista - PDT. Cf. Avelar, 2004.

<sup>3</sup> No dia 18 de novembro de 1982, devido à demora na divulgação dos resultados da eleição, em que era tido como vitorioso, Brizola procurou a imprensa internacional para denunciar uma suposta tentativa de fraude, declarando eleito o candidato do PDS, Moreira Franco. Brizola foi à sede da Rede Globo, exigindo espaço para falar. Ele via na emissora o braço direito da conspiração, pelo modo como desconheceu os resultados favoráveis à sua candidatura, veiculados

*Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 98 -112 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”  
DOI: 10.12957/riae.2017.31713

pelo Jornal do Brasil e a Rádio Jornal do Brasil. Como se verificou depois, segundo denúncias que também partiram de funcionários da própria Rede Globo, as Organizações Globo, juntamente com o SNI, estavam envolvidos. Este fato mais tarde se tornou conhecido como a Operação Proconsult. Cf. Amorin e Passos, 2005.

<sup>4</sup> Antônio de Pádua Chagas Freitas (1914 -1991) foi jornalista e político brasileiro; governador da Guanabara (1971 a 1975) e do Rio de Janeiro (1979 a 1983). Seu nome deu origem ao termo *chaguismo*, que designou sua forma particular de utilizar a máquina pública estatal; praticamente dominou a política carioca e fluminense de 1970 a 1982. Cf. Chagas Freitas: perfil político, FGV/ALERJ, 1999.

<sup>5</sup> O Centro Estadual de Professores (CEP/RJ), atual SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) havia sido fechado no governo Chagas Freitas, durante a greve de professores de 1979, tendo então sido reaberto pelo governador Leonel Brizola.

<sup>6</sup> Cf. Roberto Faria (1989), mimeo, IESAE/FGV (Mestrado em Educação)

<sup>7</sup> Cf. O Livro dos CIEPs – O movimento Escola Viva – Viva a Escola convocou os professores do 1º grau para uma consulta acerca das teses do governo. Com a participação de 52.000 professores, a reunião final dos delegados realizou-se no município de Mendes (25-26/11/1983), originando o Encontro de Mendes, como ficou conhecido.

<sup>8</sup> Cf. Faria, apud Escola Viva, ano 2, nº 2, p. 22.

<sup>9</sup> Os estudos empreendidos ao longo do meu doutorado analisam o papel político daquela geração, em especial da juventude universitária. Cf. Olhar Feminino Sobre Ideologias e Utopias nos Anos 60: Discurso Fundador de uma Geração, EdUERJ, 1997.

<sup>10</sup> Dois documentos registram a concepção de Reforma Universitária que a geração de 60 reivindicava: as cartas da Bahia e do Paraná, documentos finais de congressos realizados pela UNE. Em 1961, em Salvador, o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, com três eixos – A realidade brasileira, A Universidade no Brasil e A Reforma Universitária. A partir da análise da conjuntura das universidades brasileiras, feita neste seminário, a UNE promove no ano seguinte, em Curitiba, o II Seminário de Reforma Universitária.

<sup>11</sup> Tratam-se das leis nº 5540/68; DL. 464/69; 5.692/71 e, os DLs. 200/77 e 1422/75 que redefinem as bases legais da estrutura e funcionamento do ensino no Brasil, durante o regime militar. Cf Educação no Brasil: Legislação Mínima, Schuch, Vítor. 1983.

<sup>12</sup> MARTINS, Luciano. A geração AI-5 - um ensaio sobre autoritarismo e alienação. In: ARAÚJO, Braz J. de (org.), Ensaio de Opinião - vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.73/105.

<sup>13</sup> Cf. O Livro dos CIEPs (1986).

<sup>14</sup> Entrevista ao Jornal O Nacional, 03/02/1959, p. 01 – apud Quadros, p. 92, 2003.

<sup>15</sup> O candidato Darcy Ribeiro será derrotado principalmente graças ao Plano Cruzado. Ver Nacif Luís, 1986, o pacote econômico idealizado pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro tinha como objetivo combater a inflação e também distensionar politicamente a crise com a ala esquerda do PMDB, partido que devido ao plano, será vitorioso em praticamente todos os estados da federação.

<sup>16</sup> Cf. Moreira Franco (2002) – *Antes que seja tarde* - o político fluminense, hoje deputado federal reeleito, em entrevista ao jornal O Globo (Brasília, 11/07/2001), *disse cinco vezes que o PMDB pratica fisiologismo descarado* (p. 57).

<sup>17</sup> Cf. Pierre Nora (1990), Os lugares de memória são lugares abertos à extensão de suas significações (Apud dias, 1983).